



ESCOLA DA MAGISTRATURA DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

A IMPORTÂNCIA DO PLANEJAMENTO MATRIMONIAL NO COMBATE À
VIOLÊNCIA PATRIMONIAL DA LEI N. 11.360/06

Laura Cristina Cabral de Araujo

Rio de Janeiro
2023

LAURA CRISTINA CABRAL DE ARAUJO

A IMPORTÂNCIA DO PLANEJAMENTO MATRIMONIAL NO COMBATE À
VIOLÊNCIA PATRIMONIAL DA LEI N. 11.360/06

Artigo científico apresentado como exigência
de conclusão de Curso de Pós-Graduação *Lato*
Sensu da Escola da Magistratura do Estado do
Rio de Janeiro. Professores Orientadores:
Mônica C. F. Areal
Nelson C. Tavares Junior
Ubirajara da Fonseca Neto
Rafael Mario Iorio Filho

Rio de Janeiro
2023

A IMPORTÂNCIA DO PLANEJAMENTO MATRIMONIAL NO COMBATE À VIOLÊNCIA PATRIMONIAL DA LEI N. 11.360/06

Laura Cristina Cabral de Araujo

Graduada pelo Instituto Brasileiro de Mercado de Capitais (IBMEC). Advogada.

Resumo – A violência doméstica patrimonial é qualquer conduta que “retire, subtraia ou destrua parcial ou totalmente objetos, instrumentos de trabalho, documentos pessoais, bens, valores, recursos econômicos, inclusive os destinados à satisfação de suas necessidades”. Ela pode ser utilizada como uma forma de manter a vítima em situação de dependência econômica e emocional, dificultando sua capacidade de romper com a relação abusiva. Esta pesquisa estuda alguns instrumentos que podem ser utilizados no planejamento matrimonial, como o pacto antenupcial e pós-nupcial, a fim de evitar conflitos futuros, proteger o patrimônio das partes e trazer maior segurança aos direitos em caso de divórcio e dissolução de união estável para chegar à conclusão de que tais medidas podem diminuir os índices de violência doméstica patrimonial.

Palavras-chave – Direito de Família. Violência Doméstica. Planejamento Patrimonial.

Sumário – Introdução. 1. A relação histórica entre a situação de vulnerabilidade da mulher como um fator que proporciona a violência doméstica patrimonial 2. As formas de violência patrimonial previstas na Lei n. 11.360/06 e sua relação com as demandas nas ações de família 3. Até que ponto é necessário haver um planejamento matrimonial para combater efetivamente a violência patrimonial? Conclusão. Referências.

INTRODUÇÃO

O presente trabalho propõe analisar a importância do planejamento matrimonial no combate à violência patrimonial da Lei n. 11.360/06 (Lei Maria da Penha). Inicialmente, é importante mencionar que a Lei n. 11.306/06 conceitua como violência doméstica e familiar contra a mulher qualquer ação ou omissão baseada no gênero praticada no âmbito doméstico, familiar ou em uma relação íntima de afeto.

Apesar da lei conceituar cinco formas de violência doméstica e familiar, quais sejam, física, psicológica, sexual, patrimonial e moral, o escopo do presente trabalho irá se limitar a analisar a violência patrimonial.

Nesse sentido, com base no art. 7º, IV da Lei n. 11.360/06, a violência patrimonial é qualquer conduta que retenha, subtraia ou destrua parcial ou totalmente os objetos, instrumentos de trabalho, documentos pessoais, bens, valores, direitos, recursos econômicos, incluindo os destinados a satisfazer suas necessidades.

Assim, é notório que apesar do movimento do empoderamento feminino ter surgido após a Segunda Guerra Mundial, ainda há muito o que ser superado, principalmente no que

tange à submissão e dependência econômica enfrentada por muitas mulheres, o que contribui com a situação de vulnerabilidade.

Desse modo, o primeiro capítulo do presente artigo busca trazer uma reflexão em relação à importância de haver um planejamento matrimonial para combater a violência patrimonial da Lei n. 11.360/06, no qual o casal poderá delimitar as regras que irão ajustar o regime patrimonial do casamento ou da união estável e amoldar as questões patrimoniais das partes, desde que observados os limites legais.

O segundo capítulo do presente trabalho visa aferir as formas de violência patrimonial previstas na Lei n. 11.360/06 e sua relação com as demandas nas ações de família, demonstrado que apesar da previsão de diversos crimes expostos acima que podem ter incidência da Lei n. 11.360/06, sabe-se que há dificuldades legais para instaurar processos criminais e proteger o patrimônio da mulher, especialmente às imunidades previstas nos artigos 181, I e 182, I do Código Penal.

Ato contínuo, o terceiro e último capítulo objetiva demonstrar até que ponto é necessário haver um planejamento matrimonial para combater efetivamente a violência patrimonial, pois este pode ajudar os casais a definirem expectativas claras sobre o relacionamento e estabelecer limites saudáveis de comportamento, principalmente, quando feita no início do relacionamento.

Assim, havendo um planejamento, a divisão de bens, a partilha de patrimônio e outras questões financeiras são tratadas de forma transparente e respeitosa entre os envolvidos, evitando assim possíveis conflitos e crimes patrimoniais futuros.

A metodologia do presente estudo se traduz numa pesquisa bibliográfica, com abordagem qualitativa, realizada por meio de livros, artigos acadêmicos, legislações e sites especializados quanto ao tema escolhido.

1. A RELAÇÃO HISTÓRICA ENTRE A SITUAÇÃO DE VULNERABILIDADE DA MULHER COMO UM FATOR QUE PROPORCIONA A VIOLÊNCIA DOMÉSTICA PATRIMONIAL

A ideia de submissão e poder do homem em relação à mulher não foi estabelecida ao acaso, mas historicamente há séculos, e que se perpetua como um padrão cultural ainda presente em nossa sociedade.

Na Grécia antiga, a mulher era considerada propriedade do homem e até a Revolução

Francesa (1789 a 1799), ainda não era considerada como titular de direitos e deveres.¹

O marco do feminismo, ou seja, a luta pela igualdade entre homens e mulheres, começou apenas por volta de 1789 com os primeiros registros pela filósofa Mary Woliste Craft, que elaborou os primeiros pensamentos sobre a opressão estrutural das mulheres, além de defender direitos relativos à educação e à igualdade no casamento.²

Nos Estados Unidos, por exemplo, o Ato de Comstock (Lei Federal de 1873), tornava crime a venda de anticoncepcionais³ e, portanto, as mulheres não tinham o direito de escolher o melhor momento de suas vidas para gestar uma criança, pois eram punidas criminalmente caso resolvessem se prevenir da gravidez com contraceptivos.

A partir de então, as mulheres começaram a despertar para a importância do processo de luta que tem suas raízes fincadas no passado, relegada a funções subalternas e cercadas pela dominação do homem.⁴

No Brasil, a história registra alguns momentos importantes para a caminhada de libertação das mulheres, como o direito ao voto, mas com determinadas ressalvas em 1931 e, posteriormente, em 1932, como efetivas cidadãs em todo território nacional⁵.

Entretanto, ainda nessa época, ainda era vigente o Código Civil de 1916 (Lei n. 3.071/1916), no qual era disposto em seu artigo 6º que as mulheres eram “relativamente capazes”⁶ e somente puderam alcançar a capacidade jurídica plena com a edição da Lei n. 4.121 no ano de 1962⁷.

Ainda assim, o tratamento entre homens e mulheres passava longe de ser isonômico. Ao homem competia ser o provedor da casa na função de comando e a mulher precisava ser subordinada, além de se dedicar às tarefas auxiliares determinadas pelo seu marido.

A lei também impunha sanções aos cônjuges, mas na prática, quem as sofria era a mulher/esposa que poderia ser punida caso fosse considerada culpada pelo divórcio, como a perda do direito aos alimentos, perda da guarda dos filhos e do uso do nome adquirido⁸.

Não obstante, no âmbito penal, até o ano 2005, a mulher que se casasse com aquele que a violentou sexualmente geraria a extinção da punibilidade para o criminoso, pois de acordo

¹ PINTO, Alessandra Caligiuri C. *Direitos das Mulheres*. São Paulo: Grupo Almedina, 2020, p. 104, [e-book].

² *Ibid.*, p. 105.

³ *Ibid.*, p. 123.

⁴ *Ibid.*, p. 124.

⁵ *Ibid.*, p. 80.

⁶ BRASIL. Lei n. 3.071, de 1 de janeiro de 1916. Disponível em: <https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/13071.htm>. Acesso em: 04 mai. 2023.

⁷ BRASIL. Lei n. 4.121, de 27 de agosto de 1962. Disponível em: <https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/1950-1969/14121.htm>. Acesso em: 04 mai. 2023.

⁸ PINTO, op. cit., p. 177.

com o inciso VII anteriormente previsto no art. 107 do Código Penal⁹, a mulher estaria sendo "reparada" pelo dano causado, pois afinal, quem gostaria de se casar com uma mulher abusada sexualmente? Além disso, com o casamento, a família da vítima ficaria protegida da vergonha perante à sociedade.

O movimento feminino atinge seu ápice com a promulgação da Constituição da República Federativa do Brasil de 1988 que assegura em seu artigo 5º a igualdade formal, ou seja, a igualdade de todos perante a lei sem nenhum tipo de distinção, na qual, “todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo-se aos brasileiros e residentes no País a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade, nos termos seguintes [...]”¹⁰.

Entretanto, as mais diversas formas de violência praticadas contra as mulheres, quase sempre pelos atuais ou ex-companheiros, continuavam a se repetir em escala alarmante.

Diante de tal situação, em 2006 foi promulgada a Lei Maria da Penha (Lei n.11.340/06) como forma de erradicação da violência de gênero praticada contra a mulher em ambiente doméstico, familiar ou em relação íntima de afeto¹¹.

Apesar da lei conceituar cinco formas de violência doméstica e familiar, quais sejam, física, psicológica, sexual, patrimonial e moral¹², o escopo do presente trabalho se limitará a analisar apenas a violência patrimonial.

A propósito, transpor a barreira da violência patrimonial é uma dificuldade muito grande para aquelas que sofrem esse tipo de violência, pois uma a cada quatro mulheres que sofrem violência doméstica, uma não denuncia o agressor porque depende dele financeiramente.

Cabe ressaltar que durante a pandemia da COVID-19, o Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA) revelou que tal situação derrubou em 45,8% a participação das mulheres no mercado de trabalho no terceiro trimestre de 2020, nível mais baixo desde 1990¹³. Tal situação proporcionou ainda mais a retenção dessas mulheres em situação de violência doméstica, uma vez que passaram a ser mais intimidadas e coagidas a procurarem

⁹ BRASIL. *Decreto-Lei n. 2.848*, de 7 de dezembro de 1940. Disponível em: <https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/del2848.htm>. Acesso em: 04 mai. 2023.

¹⁰ BRASIL. *Constituição da República Federativa do Brasil*. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm>. Acesso em: 12 out. 2022.

¹¹ BRASIL. *Lei n. 11.340*, de 07 de agosto de 2006. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2006/lei/111340.htm>. Acesso em: 15 jun. 2022.

¹² *Ibid.*

¹³ FONSECA, Mariana; SUTTO, Giovanna. *Participação das mulheres no mercado de trabalho é a menor em 30 anos – e a pandemia é parte do problema*. Disponível em: <<https://www.infomoney.com.br/carreira/participacao-das-mulheres-no-mercado-de-trabalho-e-a-menor-em-30-anos-e-a-pandemia-e-parte-do-problema/>>. Acesso em: 17 mai. 2023.

ajuda.

Ainda, em que pese a dependência econômica da mulher, entendida como aquela em que esta depende do dinheiro que o homem provém ser uma das causas que as mantêm em relacionamentos abusivos, também é possível afirmar, a partir de pesquisas formuladas pelo IPEA¹⁴, que a maior participação das mulheres no mercado de trabalho e o seu consequente empoderamento econômico, não é capaz de extinguir a desigualdade de gênero que ainda persiste no nosso país.

A conclusão mais inesperada na referida pesquisa é que o nível educacional das mulheres se relaciona com o problema da violência conjugal, sendo certo que mulheres com mais de nove anos de estudo possuem maiores chances de sofrer violência do que aquelas com menos escolaridade (até quatro anos de estudo)¹⁵.

Por fim, o estudo conclui que a relação da mulher com a independência financeira permite a ela se separar do cônjuge, sendo posteriormente vitimada ante a inconformidade do ex-companheiro e portanto, há a continuidade (ou início) do ciclo de violência doméstica, mesmo após ter havido a dissolução da relação afetiva do casal.

Assim, apesar de muitas vezes sutis, são constantes os crimes patrimoniais praticados pelo homem em relação à mulher¹⁶, motivo pelo qual muitas vezes passam despercebidos pelo próprio judiciário e advogados atuantes¹⁷.

Nessa esteira, a Lei n. 11.360/06¹⁸ veio para criar mecanismos para coibir a violência doméstica e familiar contra a mulher, inclusive no que tange à violência patrimonial, perpetradas principalmente nas demandas que envolvem término de relacionamento.

2. AS FORMAS DE VIOLÊNCIA PATRIMONIAL PREVISTAS NA LEI N. 11.360/06 E SUA RELAÇÃO COM AS DEMANDAS NAS AÇÕES DE FAMÍLIA

Como já exposto, é possível afirmar que o aumento do poder econômico das mulheres

¹⁴ CERQUEIRA, Daniel; MOURA, Rodrigo; PASINATO, Wânia. *Participação no Mercado de Trabalho e Violência Doméstica Contra as Mulheres no Brasil*. Disponível em: <<https://www.ipea.gov.br/atlasviolencia/artigo/84/participacao-no-mercado-de-trabalho-e-violencia-domestica-contra-as-mulheres-no-brasil>>. Acesso em: 16 mai. 2023

¹⁵ *Ibid.*

¹⁶ BRASIL. Tribunal de Justiça de Minas Gerais. *Apelação Cível n. 1.0024.11.049157-8/002*. Relator Des.(a) Matheus Chaves Jardim. Disponível em: <<https://www.jusbrasil.com.br/jurisprudencia/tj-mg/170516412/inteiro-teor-170516589>>. Acesso em 17 mai. 2023.

¹⁷ DELGADO, Mário Luiz. *A Violência Patrimonial Contra a Mulher nos Litígios de Família*. IBDFAM, 2018. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0100-19652011000100007>. Acesso em: 16 mai. 2023

¹⁸ BRASIL, *op. cit.*, nota 11.

na sociedade seria um elemento para tencionar as relações entre homens e mulheres, o que engendraria um aumento nos casos de violência de gênero¹⁹.

Em relação à violência patrimonial, escopo do presente trabalho, o art. 7º, IV da Lei n. 11.360/06²⁰, conceitua a violência patrimonial como qualquer conduta que "retenha, subtraia ou destrua parcial ou totalmente os objetos, instrumentos de trabalho, documentos pessoais, bens, valores, direitos, recursos econômicos, incluindo os destinados a satisfazer suas necessidades."²¹

Nesse sentido, o tipo penal previsto no inciso supramencionado possui como núcleo três condutas: reter, subtrair e destruir.

Em relação ao primeiro núcleo do tipo, o artigo que corresponde a esta situação é a apropriação indébita, prevista no art. 168 do Código Penal²², no qual, há apropriação de coisa alheia móvel.

A título de exemplo prático, em demandas familiares, não é raro haver situações na qual o cônjuge meeiro usufrui sozinho dos frutos dos bens comuns, como o recebimento de aluguel, por exemplo. Ou, ainda quando não repassa os dividendos de uma sociedade que pertence aos dois. Em ambos os casos, sendo meeiro, deveria repassar os frutos à ex-esposa ou ex-companheira.

Ainda sobre o núcleo “reter”, outra conduta que pode configurar o crime do art. 168 com incidência da Lei n. 11.360/08 (Lei Maria da Penha)²³. Nessa hipótese, há falta de pagamento doloso na obrigação alimentar em benefício da mulher, pois nesse caso, estaria se apropriando indevidamente de valores que são vitais à subsistência da mulher.

Em relação ao segundo núcleo, qual seja, “subtração”, se esta for praticada sem violência corresponde ao tipo penal previsto no art. 155 do Código Penal²⁴, qual seja, o crime de furto. Se praticada com violência, há o crime de roubo prevista no art. 157 do Código Penal²⁵.

Entretanto, ainda que o furto seja praticado pelo ex-companheiro ou ex-cônjuge, é necessário que o crime ocorra em situação de violência doméstica. Assim, não é todo furto que irá caracterizar a violência patrimonial.

Há necessidade, ainda, de se analisar a existência dos requisitos cumulativamente necessários para a aplicação da Lei n. 11.340/06, representadas pela existência, passada ou

¹⁹ BRASIL, *op. cit.*, nota 14.

²⁰ BRASIL, *op. cit.*, nota 11.

²¹ *Ibid.*

²² BRASIL, *op. cit.*, nota 9.

²³ BRASIL, *op. cit.*, nota 11.

²⁴ BRASIL, *op. cit.*, nota 9.

²⁵ *Ibid.*

atual, de relação íntima de afeto entre agressor e vítima, a violência de gênero direcionada à prática delitiva contra mulher, e a situação de vulnerabilidade da vítima em relação ao agressor.

A título exemplificativo o furto praticado, segundo Valéria Dias Sacarance Fernandes, “na violência doméstica e familiar contra a mulher, o furto diz respeito à subtração de bens particulares da vítima ou à parcela da mulher na meação dos bens comuns”.²⁶

Além disso, muitas vezes o agente do crime de furto pode não ter o objetivo de lucro, mas sim causar algum tipo de sofrimento à vítima.²⁷

No que tange ao terceiro núcleo do tipo penal, qual seja, “destruição”, pode haver algumas previsões de delitos descritos no Código Penal. O primeiro está previsto no art. 163 do Código Penal²⁸ e corresponde ao crime de dano, na qual a destruição pode ser parcial ou total e deve estar relacionada aos instrumentos de trabalho e documentos pessoais.

Entretanto, há também a previsão do crime de dano qualificado para aplicação nos casos em que o dano é cometido com violência ou grave ameaça à pessoa, com emprego de substância inflamável ou explosiva, ou ainda por motivo egoístico.

Também é possível aplicação do crime do art. 151 do Código Penal²⁹, no qual devassar (violar) indevidamente o conteúdo de correspondência fechada, dirigida a outrem tem pena de detenção de 1 (um) a 6 (seis) meses, ou multa.

Não obstante, o art. 305 do Código Penal³⁰ prevê que destruir, suprimir ou ocultar, em benefício próprio ou de outrem, ou em prejuízo alheio, documento público ou particular verdadeiro, de que não podia dispor tem pena de reclusão, de dois a seis anos, e multa, se o documento é público, e reclusão, de um a cinco anos, e multa, se o documento é particular.

Ainda, é possível a incidência do crime do art. 203 do Código Penal³¹ no caso de se frustrar, mediante fraude ou violência, direito assegurado pela legislação do trabalho.

Por fim, apesar da previsão de diversos crimes expostos acima que podem ter incidência da Lei n. 11.360/06, sabe-se que há dificuldades legais para instaurar processos criminais e proteger o patrimônio da mulher, especialmente às imunidades previstas nos artigos 181, I e 182, I do Código Penal³².

Tais imunidades foram concedidas fundamentadas na ideologia de proteção à família,

²⁶ FERNANDES, Valéria Dias Sacarance. *Lei Maria da Penha: o processo no caminho da efetividade: abordagem jurídica e multidisciplinar*. São Paulo: Atlas, 2015, p. 106.

²⁷ BRASIL, *op. cit.*, nota 16.

²⁸ BRASIL, *op. cit.*, nota 9.

²⁹ *Ibid.*

³⁰ *Ibid.*

³¹ *Ibid.*

³² *Ibid.*

decorrentes da sociedade patriarcal e do vínculo familiar indissolúvel. Desse modo, a escusa absolutória foi criada com fim de proteger a honra da família que foi atingida pela conduta danosa praticada por um de seus membros.

De certo, coube ao legislador entender que o dano familiar causado já possuía proporções grandes para que fosse aumentada com o conhecimento da sociedade sobre a punição criminal daquele ato. E assim, o Estado retirou da vítima o direito de representar contra seu cônjuge, seus ascendentes ou descendentes.

Segundo o que está disposto no artigo 181 e 183 do Código Penal³³, os cônjuges na constância do casamento, os ascendentes e os descendentes que cometerem quaisquer dos crimes contra o patrimônio, sem violência e grave ameaça estarão isentos de pena e a vítima fica impedida de representar contra eles, não podendo nem mesmo ser instaurado inquérito policial.

Ainda, caso ocorra a instauração do inquérito, a aceitação da denúncia e assim inicie a ação penal, o réu deverá ser absolvido pelo fato de a conduta não ser imputada como crime (art. 397, III CPP³⁴).

Por tanto, o artigo permite que o ex-companheiro ou ex-cônjuge, após ocasionar dano no patrimônio da vítima, saia ileso pela impossibilidade que a vítima tem de poder representar contra ele.

Por fim, conclui-se que há extrema proteção Estatal com fundamentação em valores que não atendem mais às necessidades da sociedade, ocasionando a impunidade, além de proporcionar uma vulnerabilidade para a vítima de violência doméstica e fragilizar seu patrimônio.

3. ATÉ QUE PONTO É NECESSÁRIO HAVER UM PLANEJAMENTO MATRIMONIAL PARA COMBATER EFETIVAMENTE A VIOLÊNCIA PATRIMONIAL?

Não raro, os crimes patrimoniais ocorrem em meio a conflitos conjugais e financeiros entre as partes que se encontram em processo de separação e estão envolvidas em diversas consequências patrimoniais, tais como a partilha de bens e pensão alimentícia.

No entanto, em algumas situações, o cônjuge varão, aproveitando da sua relação de

³³ *Ibid.*

³⁴ BRASIL. *Decreto-Lei* n. 3.689, de 3 de outubro de 1941. Disponível em: <https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/1950-1969/14121.htm>. Acesso em: 04 mai. 2023.

poder contra a mulher em situação de vulnerabilidade acaba por cometer diversos crimes patrimoniais, como por exemplo, apropriação indébita, furto, estelionato, dano e, que podem envolver desde a subtração de valores financeiros ou bens materiais até a utilização ilimitada de cartões de crédito e contas bancárias conjuntas.

Não obstante, pelo fato da violência patrimonial, na maioria das vezes, ser sutil e passar despercebida, ela pode acontecer por meio de ações que visam controlar ou privar a mulher de seus recursos financeiros e materiais, afetando sua autonomia e independência.

Por exemplo, o controle excessivo sobre as finanças da parceira, a imposição de limitações no uso do cartão de crédito ou a proibição de trabalhar ou estudar são algumas das formas em que a violência patrimonial pode se manifestar, impedindo a pessoa de exercer sua liberdade e afetar sua autoestima e autoconfiança.

Além disso, a violência patrimonial pode se manifestar de forma mais direta, como a destruição ou danificação de bens pessoais, a venda irregular de bens sem o consentimento da proprietária e a retenção da meação ou de bens em comum.

Em paralelo, o planejamento matrimonial é um conjunto de medidas que os casais podem adotar antes ou durante o da formalização da união, seja casamento ou união estável, para definir questões importantes relacionadas não apenas aos aspectos patrimoniais e financeiros, mas como também outras questões importantes que refletem indiretamente nas questões patrimoniais, como responsabilidades domésticas, planos de carreira e educação dos filhos.

Existem vários instrumentos que podem ser usados no planejamento matrimonial para ajudar o casal a estabelecer expectativas e tomar decisões sobre o futuro, como por meio da escolha do regime de bens, pacto antenupcial e pós-nupcial.

Isso significa que antes da entrada no processo de habilitação do casamento ou da formalização da união estável pode-se fazer o planejamento matrimonial.

Esse tipo de planejamento, especialmente quando feito antes do início da união, é extremamente importante para evitar conflitos futuros, proteger o patrimônio das partes e trazer maior segurança aos direitos em caso de divórcio.

Entretanto, também é possível que ele seja realizado após a formalização da união, já que em muitos casos, o casal pode descobrir que precisa ajustar suas expectativas e planos para o futuro à medida que o relacionamento avança.

Por exemplo, um casal convencionou que em sua união vigorará o regime de bens da separação total, mas a mulher é autônoma. Não obstante, é notório que o estado gravídico e o período após a gestação, acaba inviabilizando que, em especial essa mulher, tenha a mesma

força de trabalho. Assim, é possível a adequação temporária do regime de bens, a fim de que passe a valer o regime da comunhão parcial, no qual se presume o esforço comum.

Além disso, o planejamento matrimonial também pode ser importante para casais que enfrentam dificuldades em seu relacionamento, incluindo problemas de comunicação, conflitos financeiros ou questões de confiança.

Como mencionado, a escolha do regime de bens, na maioria das vezes negligenciada pelo casal, é uma das principais questões que devem ser definidas durante o planejamento matrimonial. Ele irá estabelecer como os bens do casal serão administrados durante o casamento ou união estável e como serão divididos em caso de separação ou divórcio.

Quando o casal não define qual bem preferem ao celebrar o casamento, a lei impõe como regra, o regime de comunhão parcial de bens.

Isso significa que neste regime, os bens adquiridos por cada um após o casamento são considerados comuns ao casal, conforme disposto no art. 1640 do Código Civil³⁵ e, no caso de separação, serão partilhados de forma igualitária entre os dois, conforme disposição expressa do art. 1.658 do mesmo diploma legal, no qual “no regime de comunhão parcial, comunicam-se os bens que sobrevierem ao casal, na constância do casamento, com as exceções dos artigos seguintes [...]”.

Da mesma forma, o raciocínio se aplica em caso de união estável, pois de acordo com o art. 1.725 do Código Civil³⁶, “na união estável, salvo contrato escrito entre os companheiros, aplica-se às relações patrimoniais, no que couber, o regime da comunhão parcial de bens”.

É importante mencionar que em ambas as hipóteses, há presunção de esforço comum, ou seja, mesmo que apenas uma das partes tenha de fato, empregado recurso financeiro de seu próprio trabalho, ainda assim a outra parte terá direito.

Assim, cada regime de bens possui suas vantagens e proteções, e a escolha deve ser feita levando em consideração a situação financeira e patrimonial do casal, bem como suas expectativas em relação ao casamento e à divisão de bens em caso de separação ou divórcio.

Entretanto, o que se percebe na prática jurídica são casais que sequer sabem o regime de bens escolhido ou tampouco as consequências jurídicas das suas escolhas, principalmente quando prevalece o regime legal da comunhão parcial.

Além disso, quando percebido pelo homem quais serão os impactos em sua vida financeira, a violência patrimonial começa a acontecer, principalmente por meio de ocultação, tentativa de fraude patrimonial por meio da transferência de bens ou recursos a terceiros ou

³⁵ BRASIL, *op. cit.*, nota 5.

³⁶ *Ibid.*

artifícios para induzir o juízo a erro em eventual partilha de bens, conforme o Julgado do Tribunal de Justiça de Minas Gerais colacionado abaixo:

EMENTA: APELAÇÕES CÍVEIS PRINCIPAL E ADESIVA - PARTILHA DE IMÓVEL - PRESUNÇÃO DE ESFORÇO COMUM - LITIGÂNCIA DE MÁ-FÉ - OCORRÊNCIA - GRATUIDADE DE JUSTIÇA - MANUTENÇÃO - APELAÇÕES NÃO PROVIDAS. 1. Devem ser divididos em igual proporção, os bens adquiridos de forma onerosa durante o casamento pelo regime da comunhão parcial de bens, em razão da presunção de esforço comum. 2. A conduta da parte que tenta alterar a verdade dos fatos, visando a evitar a partilha dos bens, utilizando-se de artifícios para fazer parecer que existem dois imóveis distintos, enquadra-se no rol do art. 80 do CPC, devendo imposta multa por litigância de má-fé, disciplinada no artigo 81 do CPC. 3. O pedido de gratuidade de justiça pode ser formulado em qualquer fase do processo, inclusive pelo revel, cabendo à parte impugnante fazer prova capaz de desconstituir a declaração de hipossuficiência. (TJ-MG - AC: 10572110035076001 Santa Bárbara, Relator: Maria Inês Souza, Data de Julgamento: 01/02/2022, Câmaras Cíveis / 2ª CÂMARA CÍVEL, Data de Publicação: 03/02/2022).³⁷

Dessa forma, o planejamento matrimonial pode ser uma ferramenta importante no combate à violência patrimonial, pois não há dúvidas que ele cria maior controle patrimonial, ajudando os casais a definirem expectativas claras sobre o relacionamento e estabelecerem limites saudáveis de comportamento, principalmente, quando feita no início do relacionamento.

Por fim, pode-se dizer que havendo um planejamento, a divisão de bens, a partilha de patrimônio e outras questões financeiras são tratadas de forma transparente e respeitosa entre os envolvidos, evitando assim possíveis conflitos e crimes patrimoniais.

CONCLUSÃO

Em 2006, a Lei Maria da Penha (Lei n. 11.360/06) foi promulgada como forma de erradicar a violência de gênero praticada contra a mulher em ambiente doméstico, familiar ou em relação íntima de afeto.

Nessa esteira, o presente artigo buscou aprofundar as formas de violência doméstica patrimonial contra a mulher, tema tão pouco debatido na prática quando comparado com as outras formas de violência doméstica.

Isso porque além de poder ser confundida com preocupação por parte do agressor, ainda pouco se debate a respeito do assunto no mundo jurídico e fático, como redes sociais e outros meios de comunicação.

³⁷ BRASIL. Tribunal de Justiça de Minas Gerais. *Apelação Cível n. 1.0024.11.049157-8/002*. Relator Des.(a) Matheus Chaves Jardim. Disponível em: <<https://www.jusbrasil.com.br/jurisprudencia/tj-mg/170516412/inteiro-teor-170516589>>. Acesso em 17 mai. 2023.

Fato é que a violência patrimonial pode ser utilizada como uma forma de manter a vítima em situação de dependência econômica e emocional, dificultando sua capacidade de romper com a relação abusiva.

Essa forma de violência é considerada uma violação dos direitos humanos e infelizmente, pode causar danos psicológicos, emocionais e materiais à vítima, afetando sua qualidade de vida e sua autonomia financeira.

Assim, tendo como premissa os números alarmantes de violência doméstica ainda presentes em nossa sociedade, o presente artigo tratou por investigar a importância do planejamento matrimonial no combate à violência patrimonial da Lei n. 11.360/06, como alternativa à diminuição dos números divulgados.

Nesse sentido, apesar de haver cinco formas de violência doméstica, o escopo do trabalho possui enfoque na violência patrimonial, que apesar de muitas vezes passar despercebido pela própria vítima e até por advogados atuantes, está presente em grande parte das demandas que envolvem casos de divórcio ou dissoluções de uniões estáveis.

Importante ressaltar que a violência patrimonial pode se manifestar de diversas formas, como o controle excessivo das finanças, a imposição de limitações no uso de cartões de crédito e, inclusive, a proibição de trabalhar ou estudar.

Assim, o artigo 7º, IV da Lei n. 11.360/06 define violência patrimonial como qualquer conduta que “retire, subtraia ou destrua parcial ou totalmente objetos, instrumentos de trabalho, documentos pessoais, bens, valores, recursos econômicos, inclusive os destinados à satisfação de suas necessidades”.

Entretanto, a aplicação desse dispositivo requer a existência de uma relação de intimidade entre a vítima e o agressor, a violência de gênero e a vulnerabilidade da vítima.

Na prática, é extremamente difícil para a vítima que precisa transpor a barreira da violência patrimonial, pois uma a cada quatro mulheres que sofrem violência doméstica, uma não denuncia o agressor porque depende dele financeiramente.

Assim, a dependência econômica da mulher, entendida como aquela em que esta depende do dinheiro que o homem provém, é uma das causas que mantém as mulheres em relacionamentos abusivos.

Apesar da incidência da Lei Maria da Penha em diversos crimes patrimoniais, sabe-se que há dificuldades legais para instaurar processos criminais e proteger o patrimônio da mulher, especialmente por conta das imunidades previstas nos artigos 181, I e 182, I do Código Penal,

como a isenção da pena.

Nesse sentido, verifica-se que há extrema proteção Estatal com fundamentação em valores que não atendem mais às necessidades da sociedade, ocasionando a impunidade, além de proporcionar uma vulnerabilidade para a vítima de violência doméstica, além de fragilizar o seu patrimônio.

Por fim, como medida que poderia evitar possíveis futuros conflitos, vale destacar, a importância do planejamento matrimonial, que é um conjunto de medidas que os casais podem adotar antes ou durante a formalização da união, para definir questões importantes relacionadas aos aspectos patrimoniais e financeiros, além de outros assuntos indiretamente ligados ao relacionamento.

Importante ponderar a possibilidade da discussão quanto às questões que envolvem responsabilidades domésticas, planos de carreira, educação dos filhos, pois elas estão indiretamente ligadas às questões patrimoniais e são de extrema importância para evitar, além da dependência financeira, a projeção da mulher frente ao mercado de trabalho.

Por fim, conclui-se que o planejamento matrimonial seria uma forma de instrumentalizar a diminuição dos números de violência doméstica patrimonial, já que permite trazer maior segurança aos direitos da mulher em caso do término do relacionamento.

REFERÊNCIAS

BRASIL. *Constituição da República do Brasil*. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm>. Acesso em: 12 out. 2022.

_____. *Decreto-Lei n. 2.848*, de 07 de dezembro de 1940. Disponível em: <https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/del2848compilado.htm>. Acesso em 07 de mar. 2023.

_____. *Lei n. 3.071*, de 1 de janeiro de 1916. Disponível em: <https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l3071.htm>. Acesso em: 04 mai. 2023.

_____. *Decreto-Lei n. 3.689*, de 3 de outubro de 1941. Disponível em: <https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/1950-1969/l4121.htm>. Acesso em: 04 mai. 2023.

_____. *Lei n. 4.121*, de 27 de agosto de 1962. Disponível em: <https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/1950-1969/l4121.htm>. Acesso em: 04 mai. 2023.

_____. *Lei n. 10.406*, de 10 de janeiro de 2002. Disponível em: <https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2002/l10406compilada.htm>. Acesso em 23 de mar. 2023.

_____. *Lei n. 11.340*, de 07 de agosto de 2006. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2006/lei/111340.htm>. Acesso em: 15 jun. 2022.

_____. *Lei n. 4.121*, de 27 de agosto de 1962. Disponível em: <https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/1950-1969/14121.htm>. Acesso em: 04 mai. 2023.

_____. Tribunal de Justiça de Minas Gerais. *Apelação Cível n. 1.0024.11.049157-8/002*. Relator Des.(a) Matheus Chaves Jardim. Disponível em: <<https://www.jusbrasil.com.br/jurisprudencia/tj-mg/170516412/inteiro-teor-170516589>>. Acesso em 17 mai. 2023.

CERQUEIRA, Daniel; MOURA, Rodrigo; PASINATO, Wânia. *Participação no Mercado de Trabalho e Violência Doméstica Contra as Mulheres no Brasil*. Disponível em: <<https://www.ipea.gov.br/atlasviolencia/artigo/84/participacao-no-mercado-de-trabalho-e-violencia-domestica-contra-as-mulheres-no-brasil>>. Acesso em: 16 mai. 2023

DELGADO, Mário Luiz. *A Violência Patrimonial Contra a Mulher nos Litígios de Família*. IBDFAM, 2018. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0100-19652011000100007>. Acesso em: 16 mai. 2023

FERNANDES, Valéria Dias Sacarance. *Lei Maria da Penha: o processo no caminho da efetividade: abordagem jurídica e multidisciplinar*. São Paulo: Atlas, 2015.

FONSECA, Mariana; SUTTO, Giovanna. *Participação das mulheres no mercado de trabalho é a menor em 30 anos – e a pandemia é parte do problema*. Disponível em: <<https://www.infomoney.com.br/carreira/participacao-das-mulheres-no-mercado-de-trabalho-e-a-menor-em-30-anos-e-a-pandemia-e-parte-do-problema/>>. Acesso em: 17 mai. 2023.

PINTO, Alessandra Caligiuri C. *Direitos das Mulheres*. São Paulo: Grupo Almedina, 2020. *E-book*.